

Sugestão: como o Brasil pode pagar menos ao Exterior.

O Brasil tem um objetivo na fase 3 de renegociação da dívida externa, cujo início está previsto para setembro próximo: reduzir o valor das transferências líquidas de recursos que começou a fazer para o Exterior em 1983, da ordem de US\$ 3 bilhões, e que em 1984 poderá atingir US\$ 5 bilhões.

A redução das transferências poderia ser obtida com a capitalização (imediata transformação em dívida nova) da totalidade dos juros sobre a dívida, que somaram US\$ 9,56 bilhões o ano passado, devem igualar ou superar os US\$ 11 bilhões este ano e dificilmente serão inferiores a US\$ 12 bilhões em 1985, mesmo que o País consiga *spreads* menores e até a eliminação de comissões bancárias.

A capitalização total dos juros representaria um sensível desafogo para o balanço de pagamentos. Permitiria até, se o valor não transferido fosse utilizado como recurso para importar mais, uma recuperação do crescimento econômico. A questão não é porém fácil, e há obstáculos seja quanto à forma, seja quanto aos resultados de uma capitalização.

No plano formal, os bancos norte-americanos argumentam sistematicamente que a lei lhes impede a capitalização dos juros. Daí as fases 1 e 2 de renegociação da dívida externa, relativas a 1983 e 1984, terem incluído o eufemismo recursos novos. De fato, não há recursos novos, porque tais recursos são apenas usados para quitar parte do serviço de juros. É uma questão contábil, que interessa aos norte-americanos e encontra amparo na legislação, até porque aumenta o poder de barganha dos credores dos Estados Unidos. Capitalizar todos os juros, como conviria aos devedores latino-americanos que a partir do ano passado começaram a fazer transferências líquidas de recursos para os desenvoltos, simplificaria muito o processo e facilitaria a negociação.

Do ponto de vista efetivo, porém, tanto faz capitalizar os juros ou contratar empréstimos novos. O que vale é o saldo final do balanço de pagamentos, e principalmente saber se haverá ou não transferência líquida de recursos nos próximos anos e em que montante.

A redução das transferências é vital para aumentar a capacidade de fazer política econômica no Brasil. Este ano, o País está transferindo aproximadamente US\$ 5 bilhões para o Exterior, estima o economista Celso Luiz Martone, da Fipec-USP. E, se o mesmo percentual de juros for transferido em 1985, esse valor passará à US\$ 5,5 bilhões, estimativamente.

Os credores, argumentando que o Brasil já está recompondo suas contas externas, proporão aumento desse percentual e, se a transferência está sendo de 45% dos juros este ano, possivelmente vão querer 50, 60% ou mais. "Esse será o ponto crítico da negociação", prevê Martone. Mais do que isso, a negociação definirá o espaço de que o Brasil disporá para crescer em 1985, explica ele.

Para imaginar o que ocorreria numa redução das transferências, podem-se tomar três hipóteses: 1) a de que se repita o percentual de transferências deste ano, o que implicaria, estimativamente, US\$ 5,5 bilhões em 1985; 2) a eliminação das transferências líquidas, por exemplo com uma capitalização ou transformação em dívida nova da totalidade dos juros da dívida; e 3) uma situação intermediária, e talvez mais provável, pela qual o País transferiria US\$ 2,7 bilhões ao Exterior.

Economizando, na hipótese intermediária (transferências em 1985 iguais à metade das de 1984), US\$ 2,8 bilhões, se esses recursos fossem aplicados em importações adicionais e não em aumento de reservas, o PIB poderia crescer US\$ 45 bilhões, ou 10%. Na hipótese de capitalização total dos juros, o PIB poderia crescer US\$ 88 bilhões, segundo Martone.